



EXPERIÊNCIAS DOCENTES E DISCENTES

Experiência insurgente na universidade: perspectiva interseccional e seus movimentos formativos

*Insurgent experience in the university: intersectional
perspective and its formative movements*

*Experiencia insurgente en la universidad: perspectiva
interseccional y sus movimientos formativos*

 Maria Elly Herz Genro*
 Claudete Lampert**
 Carlos Alessandro da Silveira***
 Luma de Oliveira Mattos****

RESUMO

Objetivo: Realizar uma análise abrangente da experiência da Clínica Feminista Antirracista Interseccional (CliFAI), um projeto de extensão universitária, criado em 2019, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), composto por docentes, discentes e técnicos administrativos da Instituição. Neste artigo, buscou-se compreender as origens, os movimentos formativos e as interações da CliFAI com comunidades externas. **Relato da experiência:** A CliFAI surgiu a partir de uma história marcada por movimentos formativos e conexões significativas com comunidades externas. Por meio de uma relação dinâmica entre saberes e poderes, a Clínica tem empreendido ações antirracistas que refletem sua existência e impacto. A trajetória da CliFAI é um relato vivo de como a interseccionalidade pode ser aplicada na prática, promovendo a justiça social e a equidade, já que suas ações buscam atender mulheres da periferia, muitas delas negras e que, por essas condições, sofrem múltiplas violências. Os atendimentos ocorrem por meio de grupos de escuta, de apoio e seminários formativos. A partir das observações, percebe-se o cuidado com as comunidades envolvidas num processo autoavaliativo, na intencionalidade de manutenção e continuidade do projeto. **Conclusão:** Na perspectiva de uma formação interseccional, visualizam-se valores e conceitos, como a solidariedade, o respeito à diferença, a reciprocidade e espírito comunitário. Essa

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: mariaherz.1305@gmail.com.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: claudlampert@gmail.com.

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: c.a.s@hotmail.com.br.

**** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: lumaoliveiramts@gmail.com.

Autora para correspondência: Maria Elly Herz Genro. E-mail: mariaherz.1305@gmail.com.

dinâmica é inspiradora para todos (as) os (as) sujeitos (as) envolvidos (as), pois, para além dos obstáculos e dificuldades, movimenta práticas e pensamentos alternativos na universidade e, sobretudo, aciona formas de (re) existências que impulsionam os caminhos de transformação para a construção de conhecimentos na perspectiva do Bem Viver.

Palavras-chave: Universidades. Acontecimentos que Mudam a Vida. Feminismo. Ensino. Governança Clínica.

ABSTRACT

Objective: To conduct a comprehensive analysis of the experience of the Intersectional Anti-Racist Feminist Clinic (CliFAI), a university outreach project created in 2019 at the Institute of Psychology of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), comprised of faculty, students, and administrative staff from the Institution. This article sought to understand CliFAI's origins, formative movements, and interactions with external communities. **Experience report:** CliFAI emerged from a history marked by formative movements and significant connections with external communities. Through a dynamic relationship between knowledge and power, the Clinic has undertaken anti-racist actions that reflect its existence and impact. The trajectory of CliFAI is a living account of how intersectionality can be applied in practice, promoting social justice and equity, as its actions seek to serve women from the periphery of urban centers, many of whom are black, who, due to these conditions, suffer multiple forms of violence. Services are provided through listening groups, support groups, and training seminars. From the observations, one can see the care taken with the communities involved in a self-evaluation process, with the intention of maintaining and continuing the project.

Conclusion: From an intersectional formation perspective, values and concepts such as solidarity, respect for difference, reciprocity, and community spirit are highlighted. This dynamic is inspiring for all involved because, beyond obstacles and difficulties, it fosters alternative practices and thinking within the university and, above all, activates forms of (re) existence that drive the paths of transformation for the construction of knowledge from the perspective of Good Living.

Keywords: Universities. Life Change Events. Feminism. Teaching. Clinical Governance.

RESUMEN

Objetivo: Realizar un análisis exhaustivo de la experiencia de la Clínica Feminista Antirracista Interseccional (CliFAI), un proyecto de extensión universitaria creado en 2019 en el Instituto de Psicología de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), conformado por docentes, estudiantes y personal administrativo de la Institución. Este artículo buscó comprender los orígenes de CliFAI, sus movimientos formativos y sus interacciones con comunidades externas. **Relato de la experiencia:** CliFAI surgió de una historia marcada por movimientos formativos y conexiones significativas con comunidades externas. A través de una relación dinámica entre conocimiento y poder, la Clínica ha emprendido acciones antirracistas que reflejan su existencia e impacto. La trayectoria de CliFAI es un testimonio vívido de cómo la interseccionalidad puede aplicarse en la práctica, promoviendo la justicia social y la equidad, ya que sus acciones buscan atender a las mujeres de la periferia de los centros urbanos, muchas de las cuales son negras, quienes, debido a estas condiciones, sufren múltiples formas de violencia. Los servicios se brindan a través de grupos de escucha, grupos de apoyo y seminarios de capacitación. De las observaciones se desprende el cuidado que se tiene con las comunidades involucradas en un proceso de autoevaluación, con la intención de mantener y dar continuidad al proyecto. **Conclusión:** Desde la perspectiva de la educación interseccional, se visualizan valores y conceptos como la solidaridad, el respeto a las diferencias, la reciprocidad y el espíritu comunitario. Esta dinámica es inspiradora para todos los involucrados porque, más allá de los obstáculos y las dificultades, fomenta prácticas y reflexiones alternativas dentro de la universidad y, sobre todo, desencadena formas de (re)

existencia que impulsan caminos transformadores hacia la construcción del conocimiento desde la perspectiva del Buen Vivir.

Palabras clave: Universidades. Acontecimientos que Cambian la Vida. Feminismo. Enseñanza. Gestión Clínica.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de reflexão sobre uma experiência formativa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, Brasil, denominado Projeto de Extensão Clínica Feminista Antirracista Interseccional (CliFAI).

O caso da CliFAI compõe a pesquisa “Estudo de experiências emergentes em universidade pública: formação humana e Bem Viver no horizonte democrático”, que busca olhar para as experiências que estão sendo desenvolvidas na UFRGS, que se caracterizam por processos formativos emancipatórios e são coerentes com uma perspectiva democrática e coletiva. Temos como pressuposto, no artigo em questão, a articulação entre extensão, produção de conhecimento e formação ético-política.

Esta pesquisa buscou identificar as experiências de ensino-pesquisa-extensão emergentes, captando as suas potencialidades na articulação com as dimensões teórico-metodológicas desta investigação; visibilizar projetos formativos que possibilitem um diálogo mais fecundo com as experiências emergentes, levando em conta a delimitação do campo empírico, após as combinações com os interlocutores/atores dos projetos em andamento na UFRGS; analisar e interpretar as experiências em estudo na UFRGS que estão em andamento, tendo em vista as dimensões da formação ético-política, da emancipação humana e do diálogo universidade e sociedade.

A investigação, iniciada em 2022 e com conclusão prevista para final de 2025, organiza-se em três etapas metodológicas: (I) a realização de um mapeamento das experiências emergentes na UFRGS e a respectiva análise bibliográfica-documental; (II) a delimitação e o estudo de caso, dando visibilidade às experiências emergentes e (III) a análise e interpretação dos dados e sentidos.

Na primeira etapa da pesquisa, encerrada em abril de 2024, foram mapeadas quinze experiências emergentes desenvolvidas na UFRGS contemplando diferentes áreas do conhecimento. Os elementos-chave dos projetos foram inseridos em um formulário on-line (*Google Forms*), como forma de sistematização e de registro, dos quais destacamos: gênese da experiência; relação com a comunidade/sociedade; conceitos-chave; educação/formação; a universidade escuta os movimentos sociais; metodologia; embates e desafios; reflexões em movimento; fontes.

A metodologia presente na segunda etapa da pesquisa, que também envolve a CliFAI, caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, em que os estudos das experiências pressupõem a construção da gênese, seus movimentos presentes e suas perspectivas de ruptura de descolonização e de uma concepção de formação ético-política. Os procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados como fonte da pesquisa envolveram uma entrevista realizada com uma das participantes ativa do projeto, a análise documental, pesquisa em *sites* e artigos referentes à experiência em questão.

Neste artigo, desenvolvemos uma reflexão acerca da experiência CliFAI, onde as análises e interpretações se sustentam em autores e autoras, como Acosta (2015), Severino e Tavares

(2020), Federici (2021) e Segato (2022). Nosso objetivo é realizar uma análise da experiência da CliFAI, desde suas origens, movimentos formativos e interações com comunidades externas.

CLÍNICA FEMINISTA: ARTICULANDO EXTENSÃO, PESQUISA E FORMAÇÃO

A CliFAI se constituiu como projeto de extensão universitária vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRGS no final de 2019. O coletivo da Universidade que atua na CliFAI se reúne a partir das provocações que emergem da parceria com importantes organizações sociais, como a Casa de Referência Mulheres Mirabal e a Organização Não Governamental (ONG) Themis. Nascida em 2016, por meio do movimento Olga Benário, a Casa de Referência Mulheres Mirabal foi inspirada em outras ocupações feministas e se tornou um importante centro de resistência e de apoio à mulheres vítimas de múltiplas violências. Além da moradia e apoios psicossocial e jurídico, a Casa oferece cursos de culinária, uma das formas de geração de renda, vislumbrando as autonomias financeira, cultural, social e política. Por sua vez, a ONG Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos atua na luta pelos direitos das mulheres no Rio Grande do Sul (RS). A ONG Themis foi criada em 1993 por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. É uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre, RS, Brasil (Themis, 2024).

Entrevista realizada com uma das participantes ativa do projeto evidenciou que a primeira demanda foi contribuir “no trabalho de seleção de uma psicóloga para realizar oficinas de autocuidado com as Promotoras Legais Populares (PLPs)”. Essas PLPs atuam, por meio de projetos, nas comunidades periféricas, e um dos projetos em ação é sobre justiça climática e mulheres. A partir desse contato, a ONG Themis sugeriu organizar um projeto, junto à Universidade, para desenvolver uma formação e uma sensibilização com as PLPs sobre saúde mental, em função de um processo de trabalho que exigia muito envolvimento emocional.

Outro aspecto mencionado pela participante referida acima diz respeito à dinâmica do processo formativo das mulheres, “uma formação que seria uma vez por mês e que a gente chamaria também psicólogas que trabalham com isso pra criar uma rede de atendimento a essas mulheres numa perspectiva feminista, porque aí tem um monte de gente que se voluntaria na Themis” (Sujeita entrevistada, 2025). A partir dessas necessidades, se construiu o projeto de extensão/formação da Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade, posteriormente se acrescentaria no título do projeto a denominação antirracista. O projeto se constitui com o objetivo de “compor e qualificar as redes de atendimento em saúde mental a mulheres em situação de violência sob o marco ético do feminismo interseccional” (Jacoby; Paulon, 2019, n. p.).

A perspectiva interseccional que compõe à intencionalidade da CliFAI se refere a conexão das lutas entre classe, raça e gênero, que movimenta o coletivo. A interseccionalidade das lutas, segundo Akotirene (2019, p. 24), “permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem”.

Na leitura da entrevista citada anteriormente, destacamos momentos importantes da experiência, com o objetivo de ressignificar a relação da universidade com os movimentos

sociais, pois, segundo a entrevistada, para além de uma vocação acadêmica na construção de um projeto de extensão, forjamos redes em que o ensinar e o aprender se dão no movimento da universidade para a sociedade e da sociedade para a universidade. “Agora, o que as aprendizagens do movimento feminista elucidam à clínica? E o que a clínica tem a dizer também para a luta das mulheres?” (Sujeita entrevistada, 2025).

Em função do contexto pandêmico emergencial, e com a finalidade de facilitar e ampliar o acesso a atendimento em saúde mental a mulheres que enfrentam situações de violência de gênero, os encontros aconteceram de forma on-line. Os grupos também são destinados a mulheres que atuam como lideranças comunitárias no enfrentamento a essas violências, em seus territórios (PLPs).

Como objetivo dos grupos de escuta o apoio e promoção de saúde mental a mulheres em situações de vulnerabilidade às quais propomos um trabalho sistematizado em grupos pequenos, de até quatro mulheres e duas facilitadoras – ou, como temos preferido chamar, ‘escutadoras’ – que se reúnem semanalmente utilizando videochamadas do WhatsApp (Paulon *et al.*, 2023, p. 6).

Constatamos, por meio da leitura dos documentos (artigos produzidos pelas sujeitas do projeto), que essa experiência abarca uma potente articulação de esforços acadêmicos, assistenciais e da sociedade civil, visando o desenvolvimento da investigação, intervenção e da formação humana no acolhimento da temática das múltiplas violências de gênero. Essa dinâmica de articulação pode contribuir para o fortalecimento da universidade como um bem público. Nessa perspectiva, ressaltamos a importância de pensar o sentido dessas experiências em estudo.

A ideia da educação superior como bem público diz respeito, introdutoriamente, à construção de sentidos nos processos formativos e na produção de conhecimentos universitários para além dos interesses particulares. Assim, estabelecendo pontes entre o fazer e as necessidades sociais e políticas, a universidade, enquanto instituição social, tem o compromisso com a democratização da sociedade e seus múltiplos espaço-tempo-estruturais e instituições (Genro; Maffei; Silveira, 2021, p. 208).

Identificando-nos com a ideia de universidade pública como instituição social que dialoga com movimentos da sociedade civil, reconhecemos na experiência em estudo um horizonte emancipatório que tensiona a universidade tradicional/clássica. Para além desta, e na compreensão da existência de outras experiências de Clínica Feminista nas universidades públicas, ampliamos nosso olhar e evidenciamos outras vozes. Nessa direção, realizamos um mapeamento com inspiração no estado do conhecimento e selecionamos cinco estudos que versam sobre o tema. O estado do conhecimento é um método investigativo que busca realizar um mapeamento num restrito campo de produções (pesquisas de pós-graduação), com recorte temporal definido, abrangendo um ou mais campos do conhecimento.

[...] bibliográfica, baseada, principalmente, em teses, dissertações e artigos científicos, pois nesse rol de pesquisas é possível conhecer o que está sendo pesquisado em nível de pós-graduação *stricto sensu* de determinada área sobre determinado tema. [...] se refere a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo (Kohls-Santos; Morosini, 2021, p. 125).

Desse universo de cinco estudos mapeados, selecionamos dois artigos científicos com forte relação e aproximação temática com a Clínica Feminista da UFRGS. Esse movimento nos permitiu ter uma visão geral da evolução das pesquisas “[...] sendo esta uma maneira de também encontrar perspectivas que ainda não foram abordadas, pontos de vista que ainda não foram pensados e que podem ser inovadores para a realização de uma nova pesquisa” (Kohls-Santos; Morosini, 2021, p. 125).

Em princípio, nos dois artigos selecionados para análise nesta produção, constatamos uma diversificação de mulheres que vivenciam algum tipo de experiência de Clínica Feminista em uma perspectiva interseccional, presentes em estudos de pesquisadoras que fazem parte de diferentes universidades no Brasil.

Timm, Pereira e Gontijo (2011) desenvolveram uma pesquisa sobre mulheres que sofrem ou sofreram violências. Neste artigo está presente o relato de uma entrevistada evidenciando a violência de gênero: “Eu sofri violência sexual aos 14 anos de idade. Eu me calei por medo e vergonha, deixei a vergonha falar mais alto... também não procurei me aprofundar nisso na época porque doía muito, por medo [...]. Fui violentada por quatro homens” (p. 255).

Alves, Sant’Anna Junior e Pinto (2022) explicitam as múltiplas violências vivenciadas por mulheres pretas professoras que atuam em universidades. O artigo tem “como objetivo problematizar a construção de uma Clínica Política Feminista Antirracista a partir da enunciação de conversações escritas e atrevidas em oralitura por mulheres pretas amefricanas, docentes universitárias, na cena da COVID-19” (p. 148). As autoras explicitam a fala de Oluwo Windele, ao abordar a sua vivência na universidade: “Nos últimos meses eu tenho me sentido sobrecarregada com as tarefas domésticas e o trabalho na universidade. Acho que uma das marcas que se inscrevem em minha corpa é aquela que chamam de ‘mãe solo’” (p. 153).

As experiências supracitadas conectam-se com o tema desenvolvido da CliFAI e também ampliam a nossa compreensão sobre as múltiplas violências vivenciadas pelas mulheres, assim produzindo práticas e conhecimentos para descolonizar a universidade. Essa realidade é marcada por vínculos mais efetivos e dinâmicos com as comunidades externas, numa perspectiva de uma formação ético-política emancipatória.

A entrevista realizada com uma participante ativa da CliFAI (2025) foi submetida a diferentes análises, via *software* IRaMuTeQ, à Análise de Fatorial de Correspondência (AFC) – técnica estatística que permite visualizar as relações entre palavras e variáveis em um texto ou conjunto de textos; e à classificação de Ward – análise estatística utilizada para organizar e identificar padrões em textos (agrupa segmentos de texto em classes, buscando semelhanças em vocabulário e estrutura textual). Dos resultados apresentados pelo IRaMuTeQ, destacamos quatro tipos de discursos que compõem a narrativa da entrevista: discurso institucional e de ênfase à justiça popular; discurso acadêmico e dos projetos sociais desenvolvidos pela CliFAI, focalizando a saúde mental; discurso cotidiano e familiar, marcado pelas práticas do cuidado; e, por fim, o discurso crítico, com foco nas situações de gênero, de acolhimento e questões interseccionais. Como segunda análise, elaboramos o quadro abaixo, que articula oito eixos centrais.

Quadro 1 – Articulação dos eixos centrais da entrevista (2025).

EIXO TEMÁTICO	CONTEÚDO RESUMIDO
1. Origens do projeto	Parceria entre a coordenação da ação de extensão na UFRGS e a ONG Themis. Início com oficinas de autocuidado. Percepção da necessidade de escuta feminista e acolhimento em saúde mental.
2. Formação da rede e clínica	Montagem de rede de psicólogas voluntárias com base feminista. Criação da Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade, com técnicas, professoras e alunas.
3. Metodologia e fluxo de atendimento	Atendimentos on-line durante pandemia via <i>WhatsApp</i> . Grupos de 4-5 mulheres com 2 escutadoras. Roda de escuta aberta como ante-sala para grupos fechados com vínculo.
4. Princípios éticos e teóricos	Base em ética feminista do cuidado. Perspectiva interseccional (gênero, raça, classe). Crítica à psicologia tradicional e resistência do feminismo institucional.
5. Formação e produção de conhecimento	Produção de teses, dissertações e artigos. Articulação entre prática clínica e pesquisa. Reflexão sobre o papel da extensão universitária como espaço de formação mútua.
6. Impactos na vida das mulheres	Acolhimento em contextos de alta vulnerabilidade. Fortalecimento de vínculos e escuta entre pares. Reconhecimento por organizações como Themis e Casa Mirabal.
7. Desafios e limites	Precariedade estrutural: bolsas instáveis, ausência de financiamento contínuo. Universidade suprimindo ausência de políticas públicas. Rede pública de saúde mental fragilizada.
8. Visões futuras e propostas	Desejo de institucionalizar o projeto como projeto permanente. Buscar financiamento e integrar com outros setores. Enfatizar formação ética, coletiva e não hierárquica.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

DISCUSSÃO

Formação ético-política na perspectiva do Bem Viver: lutas interseccionais

A estrutura capitalista e patriarcal tem deixado marcas na vida e nos corpos das mulheres, que cotidianamente sofrem as violências desse sistema. O patriarcado marca o poder masculino sobre as mulheres (Saffioti, 2015), exercido das mais diferentes formas, amparado no sistema capitalista, que coloca as mulheres em lugares determinados, hierarquicamente inferiores aos ocupados pelos homens. Complementando essa análise, Federici (2021) considera que o trabalho reprodutivo tem sustentado o capitalismo ao longo da história, já que se dá pelo trabalho não remunerado das mulheres. Além das questões de classe e gênero, muitas

mulheres também sofrem discriminações de raça, comportamentos típicos da modernidade/colonialidade.

Para tentar mudar essa realidade, os espaços formativos têm papel fundamental, levando em conta a interseccionalidade das lutas na construção de vivências alternativas para reinventar o processo civilizatório, na perspectiva do Bem Viver. Para pensar a ideia de formação ético-política, na ruptura com as diferentes violências, precisamos compreender o significado da violência patriarcal e seu sentido no controle e disciplinamento das subjetividades. Esse disciplinamento envolve um processo educativo na construção de mentalidades, sensibilidades em que se naturalizam as múltiplas violências.

Para Segato (2022), o patriarcado, como sistema de poder, é a ordem política mais arcaica de todas e se funda na primeira forma de opressão e expropriação de valor: a dinâmica da violência cotidiana. A autora entende o patriarcado como um regime político e não apenas uma questão cultural ou moral, a violência contra as mulheres, especialmente a violência sexual, é analisada como uma mensagem de poder, inscritas nos corpos das mulheres.

Em meu livro *As estruturas elementares da violência*, proponho o entendimento da violência contra as mulheres como o resultado do cruzamento de dois eixos; de uma economia simbólica que flui ao longo do cruzamento desses dois eixos. Por um lado, essa economia simbólica conecta um eixo constituído pelo relacionamento entre o agressor e a vítima, no qual o agressor personifica o polo moral do circuito (Segato, 2022, p. 14).

O outro eixo explicitado pela autora trata do sujeito masculino na relação com seus pares, pois não são homens loucos, solitários e anormais, com uma tendência ao crime (senso comum), no entanto dados apontam que o agressor se sente fortalecido pelo mandato da masculinidade (Segato, 2022), construído social e historicamente. O mandato da masculinidade direciona o espetáculo do eu, como um sujeito dominador, como um sujeito de poder. Constituem-se estruturas que a autora chama de “fraternidade” ou “irmandade de homens”, ou seja, uma “corporação masculina” (Segato, 2022, p. 18).

O feminismo é uma ferramenta política de enfrentamento às violências, isso significa uma crítica à modernidade/colonialidade, pois o patriarcado se reforça nos contextos coloniais, especialmente nas periferias, territórios indígenas e contextos de guerra. Nesse sentido, a sociedade produziu um sistema de crueldade que normaliza a violência e transforma corpos e territórios em objetos descartáveis. O conceito de violência desenvolvido por Segato (2022) se conecta com a fundamentação teórica da experiência CliFAI.

No processo de desconstrução das múltiplas violências, destacamos o estudo produzido por Paulon *et al.* (2023) sobre a CliFAI, em que as autoras enfatizam o marcador do racismo articulado ao patriarcado, enquanto a branquitude nos atravessa, incidindo nas tonalidades, nas texturas e nas histórias que compõem cada corpo social. Na perspectiva da Clínica Feminista, o processo formativo envolve escutas e falas num horizonte ético-político emancipador, que conectam movimentos de resistência, numa perspectiva antipatriarcal, antirracista e anticapitalista. Enfatizamos que a diversidade de saberes (saberes das experiências, saberes acadêmicos e saberes populares) e de poderes se constituem nesta partilha. Assim sendo, “esse trabalho se dá no chão em que se pisa e com o corpo que se tem” (Paulon *et al.*, 2023, p. 17).

Sendo assim, a formação ético-política para a efetivação de um projeto de universidade decolonial emergente, levando em conta tais experiências, pressupõe assumir valores

democráticos, cuidado com a vida, ecologia de saberes e espírito comum, na contramão do capitalismo neoliberal e na afirmação da potência de vida em sociedade. Severino e Tavares (2020) nos instigam a pensar a urgência de uma formação ético-política compondo as experiências na universidade:

Finalmente, tratar-se-ia de destacar o papel preponderante e a responsabilidade da educação universitária nesse compromisso político de construção de uma cultura autêntica e autônoma. A universidade, no contexto social e cultural de uma sociedade ainda marcada pela colonialidade, precisa assumir a responsabilidade e executar uma tarefa compromissada com a decolonização, o que implica a inclusão da diversidade cultural e epistemológica na educação superior, cumprindo, assim, o seu papel de consciência crítica da sociedade. Essa responsabilidade é decorrente da sua função formadora dos agentes gestores da vida político-social das nações, do seu alcance maior, de sua repercussão social e do fato de contar com seu equipamento teórico de análise mais competente e crítico (Severino; Tavares, 2020, p. 112).

A CliFAI compreende que a educação deve se transformar para atender às realidades das mulheres, conectando-se com suas experiências, como proposto por Gloria Anzaldúa *apud* Pereira (2006). Com isso, evidencia o potencial da educação para empoderar e acolher mulheres que sofrem violências de gênero. A pandemia revelou a fragilidade das redes de apoio e a necessidade de iniciativas de saúde mental, como grupos de escuta que promovem solidariedade. Assim, a educação se torna um espaço de resistência, permitindo que as mulheres protagonizem suas histórias em busca de justiça.

Tal argumento nos alcança como uma convocação, em que podemos afinar nossos sentidos e preparar nossas ferramentas teórico-conceituais, mas também nossos corpos, para acolher mulheres em situação de violência. Identificamo-nos com a ideia de acolhimento, explicitada por Pereira (2006, p. 10), em que se relaciona o acolher e o educar:

Acolher e educar: pensar exercício de constante criação e re-criação entre o conhecido e o não conhecido e entre o pensado e o ainda não pensado; uma actividade que persiste em originalidade para que pensar o mundo e os outros se realize como ensinamento, pois testemunhar é, sobretudo, permitir que o que chega e o que vem me desafie e me interrogue.

A partir dessa compreensão, consideramos que o processo de acolhimento envolve o reconhecimento da nossa vulnerabilidade, pois “[...] não se hostiliza o que aparece, mas procura-se sentido a partir do que me afecta, a partir do sentido em mim” (Pereira, 2006, p. 12).

Outra produção desenvolvida pelo coletivo da Clínica Feminista diz respeito à necessidade da acolhida da universidade às demandas das comunidades atendidas por esse projeto de extensão da CliFAI, no qual desenvolvemos a pesquisa. As autoras explicitam as frentes que incidem no desenvolvimento do trabalho acadêmico.

Provocação equivalente nos chegou à universidade, de forma curiosamente concomitante, através das três frentes que compõem o tripé do trabalho acadêmico. A frente do ensino e da pesquisa esteve situada na ampliação das articulações entre estudos feministas e o campo da saúde mental, a partir de pós-graduandas querendo qualificar suas práticas (algumas na rede pública, pela via da pesquisa-intervenção,

que marca nossas trajetórias de trabalho junto ao PPGPSI-UFRGS). E a extensão, por seu turno, se fez presente a partir da crescente demanda percebida na Clínica-Escola para assistência direta a mulheres vulnerabilizadas por múltiplas violências sofridas (Cunda *et al.*, 2022, p. 94).

As experiências de formação trazidas aqui sustentam uma perspectiva de transformação não apenas nos processos educativos, mas também nas estruturas sociais, na medida em que fazem o debate sobre os processos de dominação e se colocam em ação, construindo alternativas de vivências mais humanas, de lutas interseccionadas para transformar a realidade. Logo, são indicativos de um outro mundo possível, mais humano, dialógico, solidário e de respeito entre os seres humanos e destes com a natureza, na perspectiva do Bem Viver.

Em uma perspectiva global e socioambiental, Acosta (2016) esclarece:

O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de proposta de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis. (p. 40).

O Bem Viver é uma proposta de organização da sociedade que surgiu dos povos originários da Bolívia e Equador e que se opõe à estrutura capitalista, patriarcal e colonial atual. São concepções de vida que apontam para uma nova realidade, mais igualitária, inclusiva, de colaboração mútua, voltada ao envolvimento das pessoas com os cuidados com a vida humana e com a natureza (Acosta, 2015).

A construção de uma formação ético-política insurgente envolve a compreensão de que existem sistemas de dominação e exclusão que podemos caracterizar como sistemas interseccionais.

A palavra interseccionalidade, o conceito que permite apreender essa articulação de múltiplos eixos de desigualdades, que se cruzam e se acumulam formando formas específicas de discriminação, foi cunhado 1989 pela feminista negra Kimberlé Crenshaw (1991). A partir daí, tem sido largamente utilizado para designar a articulação de diferentes factores, como a raça, escolaridade, classe social, literacia, sexualidade, religião, aparência física, que criam camadas de opressão ou de privilégios que são experimentados ou vividos por cada uma/um de nós. A interseccionalidade não diz respeito apenas à multitude do que nos oprime e nos violenta, mas também àquilo que nos pode permitir a resistência e a acção em prol da nossa total dignidade humana (Cunha, 2021, p. 10).

Esse movimento formativo pode ser potencializado nas diferentes experiências na universidade, que costuram relações/movimentos internas e também relações com o entorno/comunidade, como é o caso da CliFAI, uma vez que envolve mulheres da periferia, em sua grande maioria negras e que sofrem múltiplas violências. Percebemos, a partir das nossas observações, uma comunidade envolvida no cuidado mútuo e solidariedade, bem como na perspectiva de manutenção e continuidade do projeto.

Movimentos na/da universidade pública em conexão com as comunidades na reinvenção de poderes e saberes

Sob o entendimento de que a universidade pública possui um sentido social, um compromisso com a produção do conhecimento, com a formação e com a socialização e partilha de saberes e experiências, num horizonte emancipador e democrático, evidenciamos as múltiplas vozes de mulheres nas suas inter-relações com as comunidades, presentes nas experiências da CliFAI e no movimento das Marisqueiras do Sergipe e pesquisadoras da Universidade Federal do Sergipe (UFS). Existe uma rede de diálogo e produção de conhecimento entre esses dois grupos, conectando a UFRGS com a UFS.

Para compor esta reflexão, utilizamos, como fontes de produção e análises de dados, uma entrevista realizada com uma pesquisadora atuante na CliFAI (2025). Também utilizamos, como fontes, os registros da observação do evento “Memória das Águas: o que contam marisqueiras de Sergipe e mulheres do Sul” (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024), realizado no auditório Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, em cinco de dezembro de 2024. O debate foi mediado por docentes das universidades federais do Sergipe (UFS) e do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Este espaço-tempo narrativo, do evento explicitado, visa acolher e problematizar as experiências vividas pelas mulheres em desastres-crimes socioambientais, como enchentes, secas, queimadas, derramamento de petróleo, queda de barragens, cercamentos das águas e terras, expropriação de corpos, territórios e memórias. Trata-se de uma maré de coletivos de mulheres, do Nordeste e do Sul, que desejam narrar, escutar, resistir e insistir em Bem Viver.

As reflexões trazidas pelas mulheres nos desafiam a pensar numa universidade que permita a costura de saberes em movimento, articulando-se com os saberes dos povos originários e outros, que se fundamentam no cuidado com o mundo e com a natureza. Defende-se um conhecimento não extrativista, em que a experimentação e a partilha sejam fontes de conexões entre conhecimentos e experiências para produzir outras formas de vida, no sentido de um Bem Viver. Tais experiências em rede resgatam a função da universidade pública para conectar mulheres envolvidas em movimentos sociais, projetos de extensão e formação política, visando o cuidado em uma perspectiva feminista interseccional.

A pesquisadora e mediadora do evento “Memória das Águas: o que contam marisqueiras de Sergipe e mulheres do Sul” (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024), expressou essa experiência como um “narratório das mulheres marisqueiras” que compõe escutas, debates das suas lutas e conflitos que envolvem os movimentos sociais. Essa dinâmica de formação potencializa responsabilidades e coparticipação nas decisões, no fortalecimento das lutas dos grupos e comunidades, espaço em que as mulheres se reúnem para se entenderem e terem o olhar de vivências iguais ou semelhantes.

Dentre os relatos presentes no encontro, ressaltamos um conjunto de problemas, demandas e perspectivas dessas mulheres, compondo aspectos de um diagnóstico da realidade atual. Os principais problemas que as marisqueiras vêm enfrentando, decorrentes dos tanques de camarões, já que estes guardam restos mortais dos camarões, venenos, rações que descem pelo rio e vêm destruindo o mangue, têm sido denunciados pelas mulheres, assim como os empreendimentos imobiliários que afetam o território.

Em outro relato é sinalizada a problemática da alimentação das comunidades escolares, em que são utilizados os camarões das indústrias dos tanques de camarões, que têm consequências graves na destruição do mangue, espaço de trabalho e sobrevivência da comunidade

local, ao invés de utilizarem mariscos e pescas das famílias locais, o que possibilitaria renda para a própria comunidade.

Além disso, outro projeto destacado pelas marisqueiras, e que acontece em Sergipe, é a produção de biojoias (joias ou bijuterias, feitas principalmente com materiais orgânicos e naturais), em parceria com a Faculdade Pio Décimo. O projeto trabalha com meninos e meninas no enfrentamento aos preconceitos de funções dadas somente para mulheres. Na primeira impressão, explicitada pela comunidade, julgava-se que os meninos não iam se interessar, mas no final todos se envolveram, assim ressaltando que não existe trabalho exclusivo para um gênero.

Uma situação que ficou evidenciada no debate, por uma das mulheres da CliFAI, é que estas começam a se sentir mais fortes no encontro com outras mulheres, reconhecendo suas diferenças e entendendo que suas deficiências não são limitadoras. Ademais, muitas dessas mulheres também vivenciam uma situação de dependência financeira e, para dar conta dessa realidade, criaram projetos de economia solidária em atividades como confecção de crochês, chaveiros e outros utensílios.

A partir desses relatos, de uma vivência real, percebemos o patriarcado, o capitalismo e a colonialidade presentes nas comunidades. As múltiplas injustiças interseccionadas (gênero, classe social e raça), presentes em todos os espaços da nação, devem ser temas mais estudados, pesquisados pelo mundo acadêmico, pois isso envolve nossa responsabilidade política com a sociedade em movimento.

Consideramos que o envolvimento acadêmico, a diversidade de saberes, afetos e horizontes emancipatórios se entrelaçam numa contestação à concepção hegemônica de universidade, denominada por Chauí (2003) como universidade operacional.

A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (Le naufrage de l'université), podemos denominar como universidade operacional. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual (Chauí, 2003, p. 7).

Compreendemos que, na contramão da ideia de universidade operacional, a autora explicita a ideia de universidade como instituição social, em que ensino, pesquisa e extensão devem se conectar para produção de conhecimento, formação humana ampliada e processos democráticos na relação com a sociedade, num sentido social e político emancipatório, aspirando a universalidade de suas práticas e conhecimentos.

Nesse sentido, sinalizamos a fala da sujeita entrevistada, pesquisadora da CliFAI, que aborda a importância da extensão, complementada com a ideia de extensão ao contrário.

Essa postura também traz a extensão, a extensão, que é o nosso patinho feio, que a gente brinca, dentro da academia. Para uma outra dimensão porque ela força então a pós-graduação a se questionar. Questionar a se trabalhar em um sistema que a comunidade está trazendo, porque isso a extensão traz a comunidade para dentro da universidade [...] E isso eu acho muito legal que a universidade permite, porque se tu vai fazendo as costuras e tem esse locus institucional. E a gente que já

trabalhou em universidade privada sabe a diferença que é. Isso é uma coisa que só faz dentro da universidade pública e só faz porque tu tem um corpo de docentes que tem qualidades (Sujeita entrevistada, 2025).

Tal fala mostra como o fazer universitário, ao ser ancorado na extensão, rompe barreiras entre academia e território social, permitindo escuta, acolhimento e produção de conhecimento, com base nas urgências da vida cotidiana das mulheres. A sujeita entrevistada ressalta também a precarização das políticas públicas, cujo papel do estado se desconstitui, não se responsabilizando no atendimento às demandas sociais, políticas e econômicas da sociedade brasileira.

Outro problema grave e da mesma ordem, é que a gente virou um projeto que inicialmente era um programa de extensão para formação, mas com isso de a gente ter se voltado para assistência, viramos um tapa buraco de uma política absurdamente precarizada nas redes, tendo casos muito graves, muito sérios. A gente tem casos super graves de mulheres, mulheres que ficaram deficientes por causa das violências, com processos judiciais que não andam, mulheres que não têm mais renda e tem crianças que estão há um mês esperando um defensor público para se defender (Sujeita entrevistada, 2025).

O pensamento acima sintetiza bem a necessidade de fortalecimento do papel da universidade pública, no cenário de desmonte de políticas públicas, e como a escuta e o trabalho coletivo com a comunidade têm um efeito formativo para a comunidade como um todo, interna e externa à universidade.

A nossa aposta, como pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores em formação, é vislumbrar uma matriz educativa/formativa/humana para além do eurocentrismo, para assim revigorar processos democráticos substanciais num horizonte em que o Bem Viver seja um modo de vida possível e generoso no tocante às relações sociais, políticas e econômicas e tenha respeito e cuidado com a natureza, pois somos todos natureza. Isso implica uma consciência e um modo de vida insurgente/emergente, em que as relações hegemônicas (capitalismo extrativista e neoliberal) sejam contestadas e possamos assim estabelecer rupturas com um modelo de desenvolvimento que produza desigualdades, violências e exclusões.

Tais movimentos, de diálogos críticos e (re)existências, podem instigar a universidade a uma escuta acolhedora, pois a extensão/formação/produção de conhecimento, num horizonte da ecologia de saberes, envolve uma formação ético-política que pode mover as estruturas da universidade.

No conjunto de dados analisado neste artigo, encontramos múltiplas interações e saberes que promovem mudanças nas subjetividades, nos espaços de pertencimento e nos protagonismos essenciais para repensar a existência. Essa experiência, que compõe a pesquisa, é marcada por vivências e memórias no contexto da relação entre a universidade e a comunidade, revelando fissuras que vão além do modelo eurocêntrico de universidade. A análise destaca a construção de vínculos, respeito, escuta e possibilidades, elementos fundamentais para uma experiência transformadora.

A Clínica Feminista por ser um projeto de extensão, não tem garantia de sua permanência e consolidação, pois tem um tempo definido e incertezas quanto à ampliação da infraestrutura e qualificação da gestão de pessoas, de forma mais efetiva para atender as demandas

dos coletivos de mulheres que chegam à universidade. Este é um dos muitos desafios que a universidade e seus projetos necessitam enfrentar no sentido de contribuir, com as políticas públicas, na luta contra as múltiplas violências de gênero e raça. A continuidade dessa experiência pressupõe investimentos humanos, financeiros e vontade política para aprimorar, efetivar e ampliar políticas públicas que enfrentem as desigualdades sociais e as múltiplas violências que devem ser encaradas como prioridade das instituições públicas e do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de profundas desigualdades, de fragilidade de políticas públicas efetivas/inclusivas e de uma cultura hegemônica em que o individualismo e o consumismo fazem parte do (con)viver em sociedade, resgatamos as experiências insurgentes, em estudo na universidade pública, que contribuem para tensionar esta realidade e também para pensar outros modos possíveis de ser e estar no mundo.

A experiência da CliFAI se constituiu historicamente numa relação mais horizontal da universidade pública com a comunidade atendida, em que escutas, falas e ações vão pavimentando um caminho de combate a todas as formas de violência, num resgate à dignidade de todas as subjetividades envolvidas. Evidencia também o importante papel social da universidade, na luta antirracista e antipatriarcal, na perspectiva da decolonialidade.

No que diz respeito aos processos formativos, evidenciamos uma multiplicidade de saberes que se cruzam em conversações significativas, num movimento de aprendizagem ético-político, em que relações de poder podem se transformar em relações de autoridade partilhada.

Na perspectiva de uma formação interseccional, visualizamos valores, entre outros, que podem sustentar uma práxis transformadora: solidariedade, respeito à diferença, reciprocidade e espírito comunitário. Esses elementos, inspiradores para nós, educadores, pesquisadores e extensionistas, agregam-se ao reconhecimento de uma dinâmica objetiva e subjetiva, geradora de muitos obstáculos, dificuldades e engessamento de práticas e pensamentos presentes na universidade.

A democratização da universidade pública, mesmo tendo avançado nas últimas décadas, ao implantar as políticas afirmativas (políticas de inclusão), ainda tem a marca da elitização, pois há uma minoria que acessa essa instituição. Também compreendemos a necessidade de adensamento de recursos para sua ampliação e qualificação, pois precisamos pensar a democratização do conhecimento, para além do acesso, perpassando a universidade e suas relações com as comunidades.

A experiência pesquisada nos aponta a necessidade de fortalecimento da relação entre ensino, pesquisa e extensão como um horizonte fundamental para qualificar a instituição, suas relações com o entorno e suas contribuições no atendimento às demandas sociais, culturais e políticas, tão urgentes no mundo contemporâneo.

Ressaltamos a precariedade dos espaços na universidade pública para partilha de saberes e poderes das diferentes experiências contra-hegemônicas. Também reafirmamos a potência da curricularização da extensão como constituinte da formação no âmbito da universidade.

Temas tão sensíveis para a sociedade brasileira, como violência de gênero, racismo e pobreza extrema, enfim, uma multiplicidade de desigualdades e exclusões, na contramão dos direitos humanos, devem se fortalecer na pesquisa, na extensão e na formação ético-política

da comunidade universitária. Acreditamos que visibilizar e fortalecer os espaços e experiências já constituídas de resistência, de denúncia e anúncio de alternativas, são ações que movimentam a universidade em um sentido ético-político emancipatório, na perspectiva do Bem Viver.

Referências

- ACOSTA, A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y Sociedad**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5209/rev_POSO.2015.v52.n2.45203. Acesso em: 22 set. 2025.
- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, M. C.; SANT'ANNA JUNIOR, A. de; PINTO, C. M. I. Conversações atrevividas por mulheres pretas: pistas para uma clínica política feminista antirracista. **D'GENERUS: Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 145-164, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/dg-revista.v1i1.2020>. Acesso em: 26 set. 2025.
- CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- CUNDA, M. S. J. *et al.* Entre mulheres: tempos da escuta de uma 'clínica feminista na perspectiva da interseccionalidade'. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (org.). **Com você ando melhor**: Psicologia e mulheres no enfrentamento à violência. Porto Alegre, 2022. p. 92-102.
- CUNHA, T. **Derrotando o monstro das três cabeças**: uma reflexão feminista sobre o gênero. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- GENRO, M. E. H.; MAFFEI, H. S.; SILVEIRA, C. A. Unila: ruptura com modelo universitário tradicional e os desafios para a integração latino-americana. In: GENRO, M. E. H.; ZITKOSKI, J. J.; ARENHALDT, R. **Universidades emergentes no Brasil**: olhares e experiências Sul-Sul. Porto Alegre: CirKula, 2021.
- JACOBY, M.; PAULON, S. **Programa de extensão Clínica Feminista Antirracista Interseccional (CliFAI)**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://www.ufrgs.br/clinica/grupos_nucleos/gt-mulheridades/. Acesso em: 11 jun. 2025.
- KOHL-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica**, [s. l.], v. 33, p. 123-145, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 22 set. 2025.
- PAULON, S. M. *et al.* Experimentações de uma clínica feminista na perspectiva interseccional: efeitos de uma nomeação. **Revista Feminismos**, [s. l.], v. 11, n. 1, e11123003, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rf.v11i1.45016>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- PEREIRA, P. C. Acolhimento e educação. In: CARVALHO, A. D. **Dicionário de Filosofia da Educação**. Porto: Porto Editora, 2006.
- SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SEGATO, R. **Cenas de um pensamento incômodo**: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. São Paulo: Bazar do Tempo, 2022.
- SEVERINO, A. J.; TAVARES, M. Por um projeto insurgente e resistente de decolonialidade da universidade latino-americana. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 48, n. 3, p. 99-116, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7319>. Acesso em: 26 ago. 2025.
- THEMIS. Gênero, Justiça e Direitos Humanos. **História**. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://themis.org.br/somos/historia/>. Acesso em: 22 set. 2025.
- TIMM, F. B.; PEREIRA, O. P.; GONTIJO, D. C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 247-259, jul./dez. 2011. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2011000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 26 ago. 2025.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Educação. **Memória das águas**: o que contam marisqueiras de Sergipe e mulheres do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/faced/ciess-convida-para-a-acao-de-extensao-memoria-das-aguas-o-que-contam-marisqueiras-de-sergipe-e-mulheres-do-sul/>. Acesso em: 22 set. 2025.

Fonte de financiamento

Bolsa de Iniciação Científica (BIC)/UFRGS.

Contribuição dos autores

Maria Elly Herz Genro - concepção e planejamento do estudo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Claudete Lampert - concepção e planejamento do estudo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Carlos Alessandro da Silveira - planejamento do estudo, elaboração do texto, análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Luma de Oliveira Mattos - planejamento de estudo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Responsabilidade editorial

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Rafael Arenhaltdt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

Recebido em: 15/07/2025

Aceito em: 01/10/2025

Publicado em: 07/10/2025